



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Ambiental

ENTRE EMBATES, DISPUTAS E CONTRADIÇÕES: a relação questão ambiental, pobreza e COVID-19 no Recife/PE.

JORGE VINÍCIOS SILVA GONDIM ¹

RESUMO:

O artigo analisa a relação entre pobreza, questão ambiental e os impactos do COVID-19 nas áreas pobres do Recife. O estudo nutriu-se de levantamentos bibliográficos, busca de matérias de jornais e revistas e acesso a documentos institucionais, consultados via portais oficiais da prefeitura e dos governos estadual e federal. Foi possível observar nos espaços de incidência de pobreza e degradação ambiental, onde a população agrupa-se em áreas sem infraestrutura e acesso à saúde e com precárias condições saneamento ambiental, as mortes pelo vírus SARS-CoV-2 foram observadas com maior incidência, expondo a face nada democrática de uma pandemia estruturalmente desigual.

Palavras-chave: Pobreza, Questão Ambiental, COVID-19, Recife, Espaço Urbano.

ABSTRACT:

The article analyzes the relationship between poverty, environmental issues and the impacts of COVID-19 in poor areas of Recife. The study was nourished by bibliographic surveys, search for articles from newspapers and magazines and access to institutional documents, consulted via official portals of the city hall and state and federal governments. It was possible to observe in the areas of incidence of poverty and environmental

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Pernambuco

degradation, where the population is grouped in areas without infrastructure and access to health and with precarious environmental sanitation conditions, deaths by the SARS-CoV-2 virus were observed with greater incidence, exposing the undemocratic face of a structurally unequal pandemic.

Keywords: Poverty, Environmental Issue, COVID-19, Recife, Urban Space.

1. INTRODUÇÃO

Ensaia um artigo sobre a histórica cidade portuária, o Recife, não é um trabalho fácil ou acabado. Fenômenos, recortes, atores e espaços aparecem e entrelaçam-se na complexidade das aparências socioespaciais e territoriais da cidade. São muitos os objetos empíricos que merecem atenção contínua dos pesquisadores que tentam desvelar as questões aparentes.

Contudo, tendo a clareza do método científico, que postula a seriedade das análises, estabelecendo possibilidades e limites na construção metodológica dos estudos, trataremos aqui de uma fração da realidade urbana do Recife, a saber, a conexão entre pobreza, questão ambiental e os impactos causados pela pandemia do COVID-19 nos espaços de pobreza na capital pernambucana.

Este artigo parte, em grande medida, de inquietações do autor, que foram se aguçando no decurso das disciplinas cursadas no processo de doutoramento. No espaço de discussões e troca de saberes, foi possível apreender como a relação sociedade e ambiente foi sendo construída no capitalismo, apontando os tensionamentos e motes que decalcam o cenário de crise atual, e vem repercutindo nas formas de reprodução social, no meio ambiente e na apropriação do espaço urbano nas grandes cidades, notadamente no contexto contemporâneo, marcado pela pandemia do COVID-19.

Dessa forma, o objetivo do presente texto é analisar a relação entre pobreza, questão ambiental e os impactos do COVID-19 nas áreas pobres da cidade do

Recife, a fim de compreender como a pandemia trouxe mudanças no cotidiano da população habitante desses espaços.

Fincada na planície flúvio-marinha e desenhada pelas bacias do rio Beberibe e Capibaribe, o Recife apresenta hoje uma população total de aproximadamente 1.661.017 habitantes (IBGE, 2021), que se distribuem em 218, 843 km². Ao longo da história, as formas de organização social e espacial na cidade sofreram profundas alterações, especialmente no contexto do século XX, com a agudização dos conflitos de classe no urbano, que foram observadas, por exemplo, nas intervenções de cunho higienista do interventor Agamenon Magalhães e as ações do Liga Social Contra o Mocambo e do Serviço Social Contra o Mocambo (GONDIM, 2019).

Além disso, as constantes disputas por terra, moradia e condições mínimas de saúde ambiental, marcam a história da cidade, e, dialeticamente, reedita-se no cenário atual, agravadas pelas ingerências constantes do capital imobiliário e financeiro, que não apenas se apropriam dos lugares na cidade, mas direcionam as formas de ação e intervenção do Estado e das classes, nas lutas pela apropriação privada do espaço urbano.

Tais questões vêm sendo agravadas no período atual, assinalado por uma pandemia global, que causou implicações severas na vida social, ambiental, política e econômica do país, evidenciando ainda mais as tensões e contradições expostas na relação entre Estado, políticas públicas e as respostas às demandas de classe.

Nesse movimento, se as leituras do real forem balizadas em fenômenos fragmentados e fetichizados, dialogando com o que Kosik (1976), vai apontar como pseudoconcreticidade, as análises propostas poderiam caminhar para uma espécie de *encaixotamento*, ou seja, pobreza e questão ambiental deveriam ser individualizadas no sentido de compreender como a pandemia do COVID-19 impactou as formas de vida da fração mais pobre da população. Isso, além de fragilizar a dimensão analítica, implica na aceitação direta da suposta neutralidade científica, que na nossa perspectiva não pode ser legitimada, pois mistifica o real, o concreto, fazendo com que o pesquisador aprofunde o exame em questões engessadas e quantitativas, guiadas pelas aparências fenomênicas.

Com isso, partiremos da compreensão de que a questão ambiental afirma-se

como “[...] o conjunto das manifestações de destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, M. G, 2012, p. 107), sendo esta produzida e reproduzida pelo capital em escalas cada vez maiores.

E a pobreza, por sua vez, é demarcada neste estudo enquanto “[...] consequência de um desenvolvimento concentrador de riqueza socialmente produzida [...]”, tendo raízes na formação sócio histórica brasileira, podendo ser representada, nas grandes cidades, pelo crescente processo de especulação imobiliária, que afasta das áreas de interesse imobiliário as camadas mais pauperizadas da população, ficando estas reféns das ações fragmentadas do poder público local (SILVA, M. O, 2010, p. 157).

O estudo, de base bibliográfica e documental, nutriu-se de levantamentos bibliográficos em livros, artigos científicos, dissertações e teses, bem como matérias de jornais e revistas. Além do acesso a documentos institucionais, que foram consultados por meio de portais oficiais da prefeitura da cidade e dos governos estadual e federal. Esse cruzamento de informações teóricas e empíricas possibilitou a construção do trabalho, sendo este uma síntese analisada e qualificada do material consultado.

Mantendo uma cronologia teórica e histórica, o artigo está dividido em três seções, além de introdução de considerações finais. No primeiro momento, é feita uma exposição das bases teóricas do estudo, particularizando as reflexões sobre a pobreza e questão ambiental. Em seguida, uma explanação sobre a pandemia do COVID-19 será feita, a fim de identificar as particularidades desse momento na história recente, recortando, dentre outros aspectos, o caráter contraditório e desigual das contaminações e mortes pelo vírus SARS-CoV-2. Por fim, a cidade do Recife é detalhada, na intenção de apresentar dados e análises que dialogam com as informações delineadas nos itens anteriores.

2. POBREZA E QUESTÃO AMBIENTAL: NOTAS PARA O DEBATE

O trânsito que demarca a passagem dos séculos traz consigo mudanças nas formas de pensar e repensar o mundo global, as dinâmicas do capitalismo e o Estado. Os primórdios do século XXI desvelam questões teóricas e cotidianas, que apontam para um novo patamar de realização das relações sociais, e a predominância do urbano sobre o rural. Nesse contexto de mundialização do capitalismo (CARLOS, 2015), as formas de apreender as conexões entre pobreza, questão ambiental e as lutas pela apropriação do espaço, perpassam teorias e métodos diversos.

Pensar as cidades e os espaços que a integram demandam do pesquisador bem mais do que dados empíricos e apontamentos macrossociais, exigem a compreensão de que a cidade apresenta uma heterogeneidade territorial que mescla relativas condições de pobreza e riqueza distribuídas em suas frações territoriais.

A pobreza, no Modo de Produção Capitalista (MPC), não pode ser percebida como um fenômeno isolado, distante das relações sociais postas. Ela não é um mero resquício de sociedades pré-capitalistas ou produto de desenvolvimentos insuficientes. Ela é produto necessário ao MPC (SIQUEIRA; ALVES, 2018).

Seguindo a linha da relação pobreza e capital, Netto (2009, p. 143) sugere que “[...] a pobreza, na ordem do capital e ao contrário do que ocorria nas formações sociais precedentes, não decorre de uma penúria generalizada, mas, paradoxalmente [...] de uma contínua produção de riquezas”. Ou seja, a pobreza no Capitalismo tem a gênese na produção. (NETTO, 2009).

Assim, a pobreza deve ser pensada como categoria histórica, socialmente construída e multidimensional, não devendo ser tratada de forma natural ou naturalizável. Logo, sua noção “[...] é ampla e supõe gradações e embora seja uma concepção relativa, dada a pluralidade de situações que comporta, usualmente vem sendo medida por meio de indicadores de renda e emprego” (YAKBEK, 2012, p. 291).

A pobreza, inserida no MPC, dotada de particularidades sócio históricas e teóricas, demarca em países periféricos, como o Brasil, um caráter multidimensional, que se agrega a outras questões além da renda. Com tal assertiva, poderíamos

pontuar que o fenômeno encontra subsídios reflexivos em outros debates referentes, por exemplo: a condição de moradia, ao meio ambiente, a atuação do Estado e o controle de agentes privados, vinculados à dinâmica de produção capitalista, que têm influência direta na concepção e construção de espaços na cidade, pois, conforme Harvey (2011, p. 157), “[...] A criação de formas territoriais de organização social, de lugares, tem sido fundamental para a atividade humana ao longo da história”.

Com isso, é possível perceber, não apenas que a pobreza é um problema histórico e multidimensional, mas que ela também está alinhada a outras categorias que balizam a realidade do capitalismo mundial. Uma dessas categorias, sem dúvidas, é a questão ambiental, ou os problemas ambientais pensados a partir de uma leitura de totalidade.

Destarte, retomamos ao estudo do IBASE (1997, p. 13), ao afirmar que:

Não costumamos ver como problema ambiental as opções de moradia oferecidas a certos grupos sociais e que envolvem riscos de desabamento, ou, senão, ameaça para a saúde. Também não qualificamos como ambiental o alagamento de cidades inteiras para a construção de hidrelétricas, que alteram o modo de vida das pessoas afetadas pela transferência ou expulsão do local onde morava e trabalhavam. Mas, na realidade, quando se afeta um ecossistema do qual as pessoas fazem parte, usando-o como simples habitantes ou como fonte para suprir suas necessidades, esse ser vivo chamado homem também terá sua sobrevivência afetada ou ameaçada.

Mas essa dimensão da questão ambiental e dos problemas ambientais, que aqui brevemente trataremos, ainda ecoa em limitadas vozes, tendo em vista que o debate em torno da problemática ambiental não data de séculos, como no caso da pobreza, mas se agudiza no contexto de mundialização do capitalismo, que passa a ser cada vez mais predatório-especulativo e financeiro.

No meio da teia de contradições características da crise contemporânea, o capital, ao mesmo tempo em que produz e reproduz a questão ambiental, “[...] se empenha em atenuar as suas manifestações, administrando suas contradições através do impulsionamento de programas compensatórios, lastreados pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente” (SILVA, 2010, p. 108).

Tratando das formas de administrar a questão, Silva (2010, p. 108) escreve:

O processo de administração da “questão ambiental” encontra amparo no discurso da sustentabilidade o qual constitui uma resposta aos limites com que se depara a ordem do capital, expressos no esgotamento de algumas matérias-primas, na baixa produtividade do solo, nas intempéries, na destruição da biodiversidade, além da decrescente capacidade do planeta de absorver os dejetos e poluentes diversos, resultantes da produção de mercadorias.

De tal modo, ao dialogarmos as duas categorias, notamos que ambas decalcam-se nas façanhas do capital, ou melhor, do histórico desenvolvimento do capitalismo, sobremaneira no Brasil, espaço privilegiado para o aprofundamento de tais debates, considerando a pluralidade desigual despontada em seu território continental. Com isso, seguimos asseverando Silva (2010, p. 118), ao esclarecer que a concepção de pobreza como causalidade ou qualidade agravante das “condições ambientais²” pode incorrer em um grave erro, pois:

[...] tidas estas como exterioridade, como sinônimo do ambiente físico em si mesmo, embora tenha este sofrido os efeitos da ação humana. Perde-se, assim, o sentido de totalidade da “questão ambiental” – como dimensão natural e sócio-histórica - posto que esta sequer poderia ser aventada sem a estreita imbricação com conjunto das relações sociais que lhe deram origem.

De tal modo, podemos chegar a duas assertivas. A primeira está no fato de que “todos os problemas ambientais são formas de conflito entre interesses privados e interesses públicos” (IBASE, 1997, p. 21); e a segunda é que não podemos pensar o mundo atual sem considerar a simbiose existe nas formas de apropriação do espaço e do ambiente pelas classes sociais antagônicas, e as disputas em torno de destes espaços por meio da infundável luta de classes.

3. A EMERGÊNCIA DO COVID-19: UMA PANDEMIA “DEMOCRÁTICA”?

Eis que em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, capital da província de

2 De acordo com Silva (2010, p. 187-188), a relação entre pobreza e meio ambiente processou-se de forma problemática, especialmente pelos chamados “defensores do desenvolvimento sustentável” e pelos ideólogos das agências multilaterais, como o Banco Mundial, que não concebem esta como um elemento agregado, por exemplo, às desigualdades sociais, mas como uma condição a ser combatida para que fosse possível a mitigação da depredação ambiental.

Hubei na China, o que parecia ser um surto de pneumonia, com causas desconhecidas, começou a assolar a população local, levando centenas de pessoas a procurarem atendimento médico e muitas outras a óbito.

A notícia, que logo se espalhou mundo a fora, parecia ser bem mais rugosa do que imaginavam as autoridades sanitárias, inclusive a Organização Mundial da Saúde (OMS), que apenas em janeiro de 2020, começou a alertar o mundo sobre a gravidade da situação, logo após a realização de estudos que apontavam que uma nova mutação viral começava a circular de forma rápida pelos continentes, exigindo ações coordenadas e políticas de controle sanitário para evitar a propagação do vírus.

Contudo, a história das pandemias mundiais não se iniciou – e não findará – com o SARS-CoV-2, um tipo novo de vírus da família *Coronavírus*. Pois na história da humanidade, diversas crises sanitárias e grandes epidemias e pandemias assolaram continentes, nações e territórios, como foi o caso da Gripe Espanhola no século XX e anteriormente, a Peste Negra ou Peste Bubônica, que dizimou populações na Ásia e Europa durante vários períodos históricos.

Apontar essa relação parece uma redundância, tendo em vista que a leitura da história nos exige uma compreensão crítica desse conjunto de fenômenos. Porém, o que queremos apresentar aqui, é que mesmo com os diversos avanços na medicina, nas ciências biológicas, sociais e humanas, que marcaram o mundo nas últimas décadas, ainda hoje nos deparamos com interpretações conspiratórias, de cariz religioso e até mesmo racista, no processo de desvelamento do real panorama da pandemia do COVID-19 (LUZ, 2020).

Em decorrência disso, as novas formas de perceber a morte, a doença e o que se convencionou a chamar de “novo normal”, parecem desenhar no horizonte as disparidades socioeconômicas, ambientais e políticas no mundo global, pois as diferenças de classe, raça, gênero, geração e nacionalidade, por exemplo, são algumas das noções que definem a vida em sociedade.

Assim como no surto da Peste, a pandemia do COVID-19 também está associada às formas de interação entre o homem e a natureza, como é possível observar em análises como a de Luz (2020) e Shah (2020). Inicialmente,

poderíamos recordar a relação predatória estabelecida na citada relação, que fica evidente nos constantes processos de destrutividade ambiental, com a quebra de formas naturais de reprodução da fauna, devastando habitats originários, fazendo com que os ciclos biológicos sofram intensas mudanças, trazendo, por consequência, impactos para a vida humana, que passa a sofrer com essa contínua e programática destruição.

Como exemplo disso, podemos citar os surtos de ebola, HIV, Cólera, H5N1 e H1N1, que marcaram a história recente da humanidade (SHAH, 2020), e inserem-se nessa afinidade díspar de produção, apropriação e expropriação de territórios para exploração contínua, seja no âmbito da indústria, da mineração ou mesmo da construção civil, se recortarmos para análise o caso das grandes e médias cidades.

Em uma relação espaço-temporal distinta, mas com traços de continuidade, é possível observar que o recorte classista permanece nesse arrolamento, tendo em vista que os problemas ocasionados pela refração das situações apontadas, que são potencializadas pela ausência e/ou precariedade de condições sanitárias, por exemplo, sem dúvida, é um dos principais fatores de propagação de doenças virais, como já foi possível observar no caso de outros surtos no mundo.

Outrossim, dialogando com a questão das disparidades de classe, Machado (2020, p. 11), ao defender que “Uma sociedade em que a produção, distribuição e consumo de toda riqueza produzida é alocada por algo impessoal: o mercado”, nos lembra que no contexto da pandemia do Covid-19, o próprio sistema capitalista, não teve sequelas perversas, nem mesmo no campo dos lucros, como foi possível acompanhar no caso dos superlucros bancários e no acréscimo de mais de 11 bilionários só no Brasil.

Nesse sentido, no ápice da pandemia, o mercado, sem o mínimo remorso, atirou para a informalidade ou desemprego, centenas de milhares de trabalhadores, sem perder o poder e garantido a continuidade do processo de produção alienado de mercadorias. Portanto, nos resta asseverar, como diz Machado (2020, p. 13) que “[...] sob o capitalismo, toda aquela produtividade alarmante não serve em absoluto às pessoas. São as pessoas que servem ao mecanismo invisível do mercado”.

Assim sendo, um dos aspectos de relevância aqui debatido, está vinculado

ao caráter descartável das vidas trabalhadoras para o mercado, evidenciando que: 1. Mesmo disposta nos territórios de forma igualitária, a pandemia nunca atingirá de forma igual todos os seus membros; 2. Não importam os avanços técnicos e o conjunto de serviços disponíveis na sociedade, o traço desigual da nossa realidade sempre nos arrasta para a face desnuda das tensões que marcam o capitalismo e a crise atual, que deixa de ser apenas econômica e/ou política, passando a ser eminentemente social e ambiental.

Mas vejamos mais a fundo os pontos citados.

Em primeiro lugar, retomamos alguns dados sobre a pandemia no Brasil. De acordo com o Ministério da Saúde, o primeiro caso confirmado de Covid-19 em território nacional, remonta para o dia 26 de fevereiro de 2020, onde um homem, que retornou da Itália, foi internado em um hospital privado na cidade de São Paulo, com sintomas respiratórios.

Já o primeiro caso registrado de Covid-19 no estado de Pernambuco, data do dia 12 de março de 2020, aonde um casal, também recém-desembarcados da Itália, deu entrada em um hospital privado da cidade do Recife com sintomas respiratórios leves, associados ao novo coronavírus.

O que liga os dois casos, além de serem pessoas de classe média recém-chegadas de um país europeu, que durante meses foi um dos epicentros da pandemia, é o fato de ambos serem inseridos diretamente em hospitais privados assim que apresentaram sintomas iniciais. Isso poderia, para os mais desatentos, não representar muita coisa, mas se pensarmos no caráter estruturalmente desigual da nossa sociedade e na forma como as classes se organizam e entendem os sentidos da pandemia, veremos que é bem mais do que reproduzir a ideia de que os primeiros casos registrados no Brasil e em Pernambuco são de “pessoas que chegaram da Itália”.

Para ilustrar bem esse argumento, podemos citar que: o primeiro óbito registrado no país ocorreu na cidade de São Paulo no dia 12 de março de 2020, em um hospital municipal no distrito de Tatuapé. Já o primeiro óbito registrado na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, foi de uma mulher negra e empregada doméstica de 63 anos, que foi infectada pelos patrões. Isso explica como bem lembra a Oxfam

Brasil (2020), ao propor um aberto debate sobre as vulnerabilidades sociais, que as mulheres, especialmente negras e periféricas, estão mais suscetíveis a contaminação e ao desemprego, pois muitas vezes são impossibilitadas de se manterem “seguras” em suas casas, cumprindo uma quarentena.

Além disso, Amorozo (2021) defende que não apenas a pandemia leva ao óbito, mas a desigualdade é um fator preponderante nesse processo de adoecimento e morte da população. Para o autor, que toma como base o estudo: *Social Inequalities and Covid-19 Mortality in the City of São Paulo*, publicado no *International Journal of Epidemiology*, da Universidade de Oxford, questões como escolaridade, gênero, origem e raça, são agentes impulsionadores para o risco maior ou menor de morte.

No caso da população mais jovem e adulta, que habitam bairros e cidades com menor número de pessoas com nível superior, o número de mortes por Covid-19 foi quatro vezes maior, se comparado aos bairros com concentração de pessoas com uma maior escolarização. Uma das justificativas dessa questão pode estar na maior exposição desse primeiro grupo ao vírus no cotidiano de trabalho, na utilização de meios coletivos de transporte e na alta incidência de comorbidades dessa população (AMOROZO, 2021).

Dessa forma, entendemos que o novo coronavírus não circula apenas nas áreas de pobreza, tanto é que este chega ao Brasil por meio de pessoas que estavam na Itália, o que poderia demarcar, para os mais desatentos, um caráter democrático à doença. Contudo, a grande contradição está nas áreas pobres, e na maior dificuldade dos habitantes desses espaços em se proteger e preservar a saúde neste momento, sobremaneira pela falta de saneamento ambiental, pelas precárias condições de moradia, renda e infraestrutura urbana, pela insuficiência dos serviços de saúde e até mesmo pela necessidade de locomoção em serviços de transporte aglomerados e sem higienização adequada, para ocuparem os seus precários postos de trabalho, e, com suas vidas em risco, defenderem o abjeto lema liberal que marcou a dinâmica de quarentena no Brasil: *não podemos deixar a economia parar*.

A nossa síntese poderia ser: o vírus não escolhe os pobres, como querem

os higienistas modernos, os pobres que são obrigadas dadas as condições objetivas de reprodução social, a enfrentarem e caminharem lado a lado com a letalidade viral.

4. EM CENA O RECIFE

Fincado na planície costeira, banhado pelo mar e decalcado pelas longas trilhas fluviais das bacias do rio Beberibe e Capibaribe, o Recife é o que podemos classificar como espaço estruturalmente plural. Não só pelas características do seu ambiente físico, mas também pela própria história de formação territorial urbana, que ganha feições, já nos meandros do século XVI, com o processo de ocupação e usurpação engendrado pelos colonos portugueses.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), a capital pernambucana abriga uma população total estimada de 1.661.017 habitantes, distribuídos em 218, 843 km², tendo densidade demográfica de 7.039,64 hab/km² (IBGE, 2010). A mesma está dividida em seis Regiões Político-Administrativas (RPA's) e dezoito microrregiões, englobando 94 bairros.

Com mais de 1,6 milhões de habitantes, em Recife 53% da população reside em Comunidades de Interesse Social (CIS) (BITOUN, *et al*, 2020), o que nos faz refletir acerca das desigualdades presentes no processo de reprodução social do espaço urbano Recife, que nas últimas décadas, processou-se de forma extremamente excludente, o que pode ser vislumbrado no constante crescimento das áreas de pobreza, e no avanço do capital imobiliário em áreas específicas da cidade.

Nesse sentido, a desigualdade social deve ser associada à pobreza, emergindo enquanto um dos principais problemas sociais, não só em escala nacional, mas em âmbito regional e local. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2020), construída pelo IBGE, o estado de Pernambuco apresentou uma taxa de extrema pobreza de 13%, o que representa mais de 1,2 milhões de

pessoas nessa situação. Já o Recife, conforme a SIS (2020), desponta com um contingente de 115 mil pessoas em situação de extrema pobreza, o que representa 7% da população total da capital.

É nessa conjuntura, marcada pelo traço antagônico que perfaz o cotidiano da cidade, que devemos inserir as nossas análises sobre os impactos da pandemia do Covid-19 no Recife, notadamente no curso presente, que ainda guarda singularidades na relação díspar entre contaminação, acesso à saúde e mortes pelo vírus.

Para seguirmos a análise, tomaremos por base, especialmente, o estudo desenvolvido por Bitoun et al (2020), que traçou, a partir de uma metodologia própria, dividindo a cidade em cinco estratos de bairros, o perfil da população que mais sofreu com a contaminação pelo SARS-CoV-2 e os que chegaram a óbito pelo mesmo vírus.

Fazer essa relação é necessário, tendo em vista que “[...] a doença, apesar de tornar toda a população vulnerável ao contágio, tende a ter um maior poder de letalidade nas áreas mais pobres e com maior proporção de população negra” (BITOUN, *et al*, 2020).

Dessa forma, os dados sistematizados pelos autores, a partir de informações disponibilizadas pelas secretarias estadual e municipal, apontam que dos cinco agrupamentos de bairros, aqueles situados em territórios com maior incidência de pobreza, por exemplo, Linha do Tiro, Dois Unidos, Vasco da Gama, Nova Descoberta, etc., embora apresentes o menor quantitativo de casos confirmados, é a área que detém a maior taxa de letalidade, como podemos observar na tabela 01, abaixo.

Tabela 01: População por agrupamento de bairros e letalidade da COVID-19

Estrato por % de áreas de CIS	Número de bairros	População	Taxa de letalidade	Casos SRAG/ 100 mil hab	Óbitos/ 10 mil hab	Renda per capita	% de população negra
A (0-3)	21	116.286	18,54	881,45	16,34	2.384	32,06
B (4-15)	18	385.885	22,99	669,63	15,39	1.385	45,91
C (16-34)	19	426.870	26,65	564,34	15,04	685	57,37
D (35-86)	19	337.155	32,13	493,84	15,87	334	68,14
E (87-100)	17	271.436	34,80	487,04	16,95	333	67,17
RECIFE	94	1.537.632	26,65	591,10	15,75	1.024	56,67

Fonte: Secretaria de Saúde do Recife, *apud*, Bitoun *et al*, 2020.

Além disso, esse último estrato aglutina o maior percentual de população negra da cidade, deixando evidente que o coronavírus não escolhe pessoas ou classes sociais, como dissemos no item anterior, mas quando recortamos a infraestrutura social, ambiental e habitacional, é possível perceber a dimensão das desigualdades no quesito da letalidade por Covid-19 e a relação com a questão racial.

No caso do primeiro estrato, que agrega bairros como Boa Viagem, Espinheiro, Casa Forte, Aflitos, etc., é possível notar que o número de casos é quase o dobro do que se observa no estrato 05, como citado acima. Porém, no quesito letalidade, esse agrupamento detém a menor taxa dentre os demais. Isso se explica, em grande medida, pela característica de classe desses bairros, o Espinheiro, por exemplo, segundo dados do Atlas Brasil (2010), apresenta o maior índice de desenvolvimento humano dentro da cidade, chegando a 0,955, um número que pode ser equiparado a padrões de países do norte europeu.

Parte significativa dessa população, não precisou de atendimento médico público, em um sistema de saúde ultra sucateado que, nas últimas décadas sofreu – e ainda sofre - com severos impactos regressivos na sua estrutura e nos investimentos destinados a operacionalização das ações, sobremaneira na crise sanitária atual, que, além de intensificar as desigualdades, a pobreza e a problemática ambiental, desnuda o caráter do ultraliberalismo (MOTA, 2019) do estado brasileiro.

Mas dados por si só não expressam a essência dos fenômenos. Exatamente

por isso que é necessário indagarmos: quais outros motivos que aprofundam essa desigual relação entre contaminação e letalidade por Covid-19 na cidade?

Além de questões já debatidas em âmbito nacional, como a politização da pandemia, a sabotagem dos programas de vacinação e influência das Fake News no debate sobre as formas de prevenção, cuidados e tratamento da doença, é possível resgatar também o quesito desemprego e o aumento exponencial durante o período que se estende de 2020 a 2021, levando centenas de trabalhadores, não para a lista de desempregados, mas para a total assistência por parte do Estado, sendo obrigados a viverem na informalidade e muitas vezes deixarem os seus lares, por não disporem de renda solvável para o consumo mínimo.

Tudo isso impacta ferozmente na forma de entender essas disparidades. Além dos pontos elencados, essa maior letalidade no que poderíamos chamar de territórios da pobreza, também pode estar associado à dificuldade das populações mais pobres seguirem as medidas de distanciamento social, devido ao trabalho, condições sanitárias e habitacionais, além da ausência, por exemplo, de água e materiais de higiene pessoal.

Diante do espaço e do tempo, não poderemos ampliar ainda mais os horizontes, mas é admissível afirmar a pertinência em analisar esse panorama que é vivenciado na cidade, tendo em vista as várias possibilidades existentes, dentre elas pensarmos em maneiras de subverter a forma retrógrada e segregadora que marca a nossa história e ainda hoje reatualiza práticas elitistas, higienistas e violenta, como foi possível ver no caos programado que se tornou a saúde pública no ápice da pandemia.

Por fim, vivenciar o atual cenário em um país dirigido por um negacionista, que sempre trabalhou em favor do vírus e contra a população – leia-se a mais pobre -, não está sendo fácil. Mas tudo isso vai passar, e a lata do lixo estará aberta para o nome do Sr. Bolsonaro... Vamos em frente!

5. CONCLUSÕES

Ao longo do estudo, foi possível, dentre outras coisas, apreender como a relação homem e natureza foi sendo processada na história recente, sobremaneira com a emergência do capitalismo e as transformações contínuas que esse novo regime de produção e acumulação trouxe para o planeta, notadamente, para os países periféricos ou dependentes da América Latina, como é o caso do Brasil.

Nessa dimensão, refletir a relação pobreza e questão ambiental pareceu ser de fundamental valor para canalizar a visão acerca dos problemas estruturais causados pela pandemia do Covid-19 no Brasil, escancarando as desigualdades presentes nas áreas pobres das grandes capitais, sobremaneira o Recife, nosso lócus de estudo.

No caso do Recife, foi possível observar que embora os casos de COVID-19 tenham se espalhado por todo o território, inclusive em bairros como Boa Viagem e Afritos, que agregam classes de maior poder aquisitivo, foram nas áreas pobres e tendentes à degradação ambiental, onde a população agrupa-se em espaços sem infraestrutura e acesso à saúde e com precárias condições saneamento ambiental, as mortes pelo vírus SARS-CoV-2 foram observadas com maior incidência, expondo a face nada democrática de uma pandemia estruturalmente desigual.

Em suma, podemos findar o texto, argumentando e reafirmando que questões como a dificuldade no acesso aos serviços de saúde pública, a precariedade no acesso à moradia e ao saneamento adequado, bem como os problemas ambientais e de mobilidade que decalcam a realidade urbana, nos levaram a adensar a percepção da constância do embate social entre as classes, para que a velha estrutura de dominação e exploração do homem e do ambiente seja repensada.

REFERÊNCIAS

AMOROZO, M. **Desigualdade que mata.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/desigualdade-que-mata/>. Acesso em 10 de nov. 2021.

ATLAS BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 07 de ago. 2021.

BITOUN, J.; et al. Novo coronavírus, velhas desigualdades: distribuição dos casos, óbitos e letalidade por SRAG decorrentes da covid-19 na Cidade do Recife. **Confins [Online]**, n. 48, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/34667?lang=pt>. Acesso em: 18 de nov. 2021.

CARLOS, A. F. A reprodução do Espaço Urbano como momento da Acumulação Capitalista. In: _____. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

GONDIM, J. V. S. **Estado e políticas públicas no Recife: a bacia do rio Beberibe e as intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. 221f. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBASE. **Conflitos ambientais: a natureza pra todos ou somente para alguns?** Rio de Janeiro: IBASE, 1997. (Projeto meio ambiente e democracia).

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais (2020)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>>. Acesso em 22 nov. 2021.

LUZ, I. Um olhar histórico sobre as pandemias. **Revista ILAESE**. Abril, 2020. Disponível em https://issuu.com/sismmar/docs/revista_ilaese_04_2020. Acesso em 30 de nov. 2021.

MACHADO, G. É o coronavírus o real inimigo que nos ameaça. **Revista ILAESE**. Abril, 2020. Disponível em https://issuu.com/sismmar/docs/revista_ilaese_04_2020. Acesso em 18 de nov. 2021.

MOTA, A. E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraliberalismo brasileiro. In: CISLAGHI, J. F.; DEMIER, F. (orgs.). **O Neofascismo no poder (Ano I)**. Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. Pp.135-148.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Em Pauta**. s.v., n. 19, pp. 135-170, 2007.

OXFAM BRASIL. **Primeiro caso de morte por covid-19 no Rio é o retrato da vulnerabilidade das mulheres na pandemia**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o->

[retrato-da-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia/](#). Acesso em 03 de dez. 2021.

SHAH, Sonia. **De onde vem o coronavírus?** Contra a pandemia, ecologia. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/contra-a-pandemia-ecologia/>. Acesso em 15 de out. 2021.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Sustentabilidade Ambiental e (In) sustentabilidade social. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia:** Crescimento Econômico e Reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. P. 105-124.

SILVA, M. O. S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Katálysis**. v. 13, n. 2, pp. 155-163, 2010.

SIQUEIRA, L.; ALVES, G. Pobreza e Desigualdade Social: uma breve reflexão Brasil e América Latina. **Direitos, Trabalho e Política Social**. v. 4, n. 6, pp. 11-36, 2018.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**. s.v., n. 110, pp. 288-322, 2012.